



Ministério da Saúde  
Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde  
Departamento de Gestão da Educação na Saúde

NOTA TÉCNICA Nº 90/2021-DEGES/SGTES/MS

1. **ASSUNTO**

1.1. **Reiteração dos termos do Ofício 613/2021 – (PR-SP-00007553/2021) - Requisição de informações. Aplicativo TrateCOV.**

2. **ANÁLISE**

2.1. Em resposta ao Despacho GAB/SGTES (0018725548), o qual faz referência ao Ofício 613/2021 – (PR-SP-00007553/2021) da Procuradoria da República no Estado de São Paulo (0018704455) acerca do “*aplicativo TrateCOV*”, temos a informar:

2.2. Para atendimento da referida demanda, reporta-se aos autos do SEI Nº 25000.013008/2021-08 o qual fora originado quando da solicitação de cumprimento da agenda oficial realizada no Estado do Amazonas, nos períodos de 4 a 7 e 11 a 13 de janeiro de 2021, conforme se extrai do OFÍCIO Nº 13/2021/DEGES/SGTES/MS, datado de 29 de janeiro de 2021 (0018832587).

2.3. Conforme consta do ofício supra, na ocasião fora delineado o Plano Manaus que definiu ações a serem desenvolvidas pelas Áreas Técnicas do Ministério da Saúde e contemplou as orientações a serem expedidas para o enfrentamento da mencionada situação de emergência.

2.4. Nesse sentido houve cumprimento da solicitação do Ministro da Saúde, com vistas ao alinhamento de ações de fortalecimento da pasta para o enfrentamento da COVID-19.

2.5. Assim, no tocante as informações elencadas pelo *Parquet*, a fim de instruir os procedimentos, esclarecemos que foram prestadas informações consignadas na Nota Técnica 33/2021-DEGES/SGTES/MS (0018855417) e anexos, sob as limitações de competência impostas ao DEGES nos termos do Decreto nº 9.795/2019, como unidade que integrou o grupo ministerial, em cumprimento de agenda oficial no Estado do Amazonas com a finalidade de apoiar aquele ente federado, frente o agravamento da crise sanitária causada pela pandemia de coronavírus COVID-19.

2.6. Em que pese as informações prestadas na Nota Técnica supra, seguem informações complementares visando contemplar as indagações consolidadas nas demais alíneas presentes no Ofício nº 1615/2021/GABINETE DE PROCURADORA DA REPÚBLICA (0019106982), quais sejam:

2.7. Alínea "c": Impende esclarecer que o conteúdo da plataforma a que se pretendia implantar encontrava-se parametrizado nas disposições da Nota Informativa nº 9/2020-SE/GAB/SE/MS e suas alterações posteriores. Como tal documento restou lavrado por todo o Secretariado do Ministério da Saúde, mediante instauração processual no ambiente da Secretaria Executiva, infere-se, portanto, que o conteúdo da plataforma outrora almejada adveio das orientações consignadas no documento informativo mencionado, capitaneado pela SE/MS, sob a responsabilidade desta e das demais 06 (seis) Secretarias finalísticas desta pasta ministerial.

2.8. Alínea "d": O Departamento de Gestão da Educação na Saúde - DEGES/SGTES, diante da distribuição de tarefas dispostas no Plano Manaus, foi designado para elaborar a plataforma em questão, bem como para dar início às operações respectivas, em nível de simulações. Posteriormente, caso o Ministério verificasse a necessidade do desenvolvimento e manutenção da ferramenta em questão (em socorro ao trabalho diário de diagnósticos da doença por parte dos médicos na assistência, com o objetivo de conferir maior celeridade no processo, evitando agravamento de casos), observando-se a oportunidade (tendo em vista a vigência da declaração de emergência em saúde pública no país, assim como a declaração em esfera municipal; ocorrência de situações de agravamento da crise) e conveniência (qualidade e quantidade de ferramentas que possam contribuir e auxiliar no trabalho dos médicos em Manaus, diante de sobrecarga de demandas e com "delay" para obtenção dos resultados de exames, para o pronto diagnóstico da doença, gerando aumento de internações clínicas) quanto ao seguimento da ação cogitada e que estava em teste, a Secretária de Atenção Primária a Saúde seria então a responsável pela absorção da ação em destaque e de toda a sua operacionalização (coleta e guarda de dados também).

2.9. Alínea "e": Quanto ao fluxo de funcionamento da plataforma, faz-se referência ao Manual-TrateCOV (0018909010), constante nos autos do SEI 25000.013008/2021-08. Impende, nesta oportunidade, esclarecer que não cabe ao Ministério da Saúde, tampouco aos seu servidores, a prescrição de medicamentos através da plataforma antanho sugerida. A plataforma foi pensada tendo como norte a Nota Informativa nº 9/2020-SE/GAB/SE/MS (com suas posteriores alterações), sendo esta claramente uma orientação, sem qualquer conotação coercitiva, alijada de compulsoriedade, destinada à classe médica, cujo conteúdo respeita e preconiza a autonomia institucional inerente a cada profissional médico quanto à tomada de decisões no exercício da profissão, assim como destaca a necessidade de se respeitar a escolha do paciente sob exame do profissional médico, uma vez previamente dados os esclarecimentos acerca da sua condição de saúde. Logo, reitere-se, prescrição de medicamentos é da alçada legal e exclusiva dos médicos.

2.10. Alínea "f": A data que se pretendia para implementação do teste do TrateCOV restou anunciada pelo Senhor Ministro de Estado da Saúde, no dia 11 de janeiro de 2021, contudo a ação restou suspensa em razão de decisão judicial. Na esfera administrativa, sua interrupção adveio das deliberações do Centro de Operações Emergenciais - COE, até segunda ordem.

2.11. No mais, esclarece-se que a Organização Mundial da Saúde – OMS reconheceu a importância da utilização de escores para diagnóstico clínico de covid-19, e, paralelamente à validação e publicação do *AndroCov Clinical Scoring for Covid-19 Diagnosis*, houve a constatação de que esse estudo pode ser utilizado como ferramenta diagnóstica clínica de COVID-19, alternativa dentro do contexto da pandemia.

2.12. Cumpre informar que a construção da Plataforma Digital TrateCOV Brasil teve como referência a ferramenta diagnóstica *AndroCoV Clinical Scoring for COVID-19 Diagnosis*, citada no parágrafo anterior, e foi desenvolvida por pesquisadores brasileiros com base em dados clínicos e epidemiológicos, conforme se extrai do link <https://www.cureus.com/articles/49445-the-androCoV-clinical-scoring-for-covid-19-diagnosis-a-prompt-feasible-costless-and-highly-sensitive-diagnostic-tool-for-covid-19-based-on-a-1757-patient-cohort>. Essa ferramenta propõe um escore clínico para permitir o diagnóstico precoce da COVID-19 baseado em sinais e sintomas.

2.13. Ante a iminência de colapso da estrutura de saúde da cidade de Manaus/AM, foi sugerida a atuação em várias frentes: adoção de campanhas agressivas de *marketing*, reforçando a importância de medidas de distanciamento, higiene e uso de máscara; adoção das medidas de bloqueio epidemiológico para a maior parte possível da população; e educação sanitária da população e/ou introdução de diagnóstico precoce, por intermédio do escore proposto por Flávio Adsuará Cadegiani, médico endocrinologista, mestre e doutor (PhD) em Endocrinologia Clínica pela Unifesp/EPM e pesquisador principal do ensaio clínico AndroCoV, um dos autores do *"Clinical Diagnosis of COVID-19: a Prompt,*

*Feasible, Costless, and Highly Sensitive Diagnostic Tool for COVID-19 Based on a 1,757-Patient Cohort (The AndroCoV Clinical Scoring for COVID-19 Diagnosis)” – trabalho em publicação no Cureus Journal of Medical Science (indexed in PubMed) .*

2.14. Nesse contexto, ferramentas diagnósticas diversas podem ser utilizadas para auxiliar o raciocínio clínico e colaborar na definição de condutas com celeridade, aumentando as chances de sobrevivência do paciente e reduzindo o risco de internação hospitalar. Essas ferramentas ou esses construtos clínicos diagnósticos são largamente utilizados na medicina contemporânea em diversos contextos.

2.15. O TrateCOV teve o propósito de ser utilizado como plataforma baseada em publicação científica que apresenta um desses construtos clínicos, bem como teve o objetivo de facilitar a ação profissional, e, assim como qualquer outro construto, seu uso não pode ser descontextualizado ou apartado do ambiente clínico, que inclui anamnese, exame físico e possível solicitação de exames complementares. A ferramenta apresenta como principal objetivo o apoio ao diagnóstico, respeitando-se a autonomia profissional do médico.

2.16. Essa informação de possibilidades terapêuticas, seja por meio da plataforma TrateCOV ou da Nota Informativa Nº 17/2020 (0018833893) emitida pelo Ministério da Saúde (sucessora da Nota Informativa nº 9/2020-SE/GAB/SE/MS), não configura protocolo no SUS, mas, sim, instrumento administrativo com o intuito de fornecer informações para que cada profissional tenha melhores condições de decidir em prol do maior bem possível para o seu paciente.

2.17. Em relação ao tratamento, a plataforma apresentava algumas possibilidades terapêuticas disponíveis na literatura científica atualizada, que poderiam ser consideradas, repita-se, conforme a autonomia profissional do médico e a escolha do paciente. Não obstante, tais possibilidades não apontavam caráter exclusivo, tampouco afastavam a possibilidade de outras condutas diversas serem adotadas.

2.18. Cabe ainda esclarecer que não houve disponibilização de acesso à plataforma em sua totalidade, com acesso a todas as suas funcionalidades, a nenhum médico, ou seja, não houve produção, captura e registro de qualquer dado lançado na interface disponibilizada no ambiente de simulação. Desse modo, evidencia-se que não houve quaisquer prescrições médicas na disponibilização piloto do TrateCOV.

2.19. Por fim, a plataforma foi desenvolvida e tornada disponível para público selecionado e com fins específicos no âmbito do Departamento de Gestão da Educação na Saúde, da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde deste Ministério e lançado no dia 11 de janeiro do ano corrente pelo Sr. Ministro de Estado da Saúde.

### 3. **CONCLUSÃO**

3.1. Sendo essas as informações a serem prestadas, encaminhem-se os autos ao GAB/SGTES para ciência e providências que entender cabíveis.

VINÍCIUS NUNES AZEVEDO

Diretor do Departamento de Gestão da Educação na Saúde



Documento assinado eletronicamente por **Vinicius Nunes Azevedo, Diretor(a) do Departamento de Gestão da Educação na Saúde**, em 24/02/2021, às 19:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.saude.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0019215144** e o código CRC **CC8267F4**.

Referência: Processo nº 25000.008951/2021-91

SEI nº 0019215144

Departamento de Gestão da Educação na Saúde - DEGES  
SRTV 702, Via W5 Norte - Bairro Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70723-040  
Site - [saude.gov.br](http://saude.gov.br)